



**Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça**

CLIPPING INTERNET

01/08/2014 ATÉ 01/08/2014



INDÍCE

1	BLOG RANDYSON LAÉRCIO	
	1.1 VARAS CRIMINAIS.....	1
2	SITE 180 GRAUS	
	2.1 UNIDADE DE MONITORAMENTO CARCERÁRIO.....	2
3	SITE ADVOGADO NEWS	
	3.1 AÇÕES CORREGEDORIA.....	3
	3.2 CURSOS.....	4
	3.3 PLANTÃO NO TJMA.....	5
	3.4 TELEJUDICIÁRIO.....	6
4	SITE DO GOVERNO DO ESTADO	
	4.1 UNIDADE DE MONITORAMENTO CARCERÁRIO.....	7
5	SITE IDIFUSORA	
	5.1 VARAS CRIMINAIS.....	8
6	SITE JORNAL PEQUENO	
	6.1 DECISÕES.....	9
	6.2 JUÍZES.....	10
7	SITE JUSBRASIL	
	7.1 AÇÕES CORREGEDORIA.....	11
	7.2 PLANTÃO NO TJMA.....	12
	7.3 PROJETO JUSTIÇA NOS BAIRROS.....	13
	7.4 TELEJUDICIÁRIO.....	14

POLÍCIA CIVIL CUMPRE MANDADO DE PRISÃO DE ESTUPRADOR DE VULNERÁVEL (VITORINO FREIRE)

Políciais Civis da Delegacia de Polícia de Vitorino Freire cumpriram mandado de prisão temporária expedido pelo juiz titular da primeira vara da Comarca de Vitorino Freire em desfavor de José Alves de Alquinias pela prática de estupro de vulnerável contra a própria enteada.

O delegado de polícia representou pela prisão temporária de José Alves de Alquinias ao tomar ciência dos fatos que ocorrem constantemente com a própria enteada, a menor S.F.A com seis anos de idade. O Conselho Tutelar da cidade de Altamira do Maranhão elaborou relatório e encaminhou ao promotor de justiça titular da 2ª promotoria da comarca de Vitorino Freire e este requisitou a instauração do Inquérito Policial.

O delegado, de posse de alguns indícios, representou pela prisão do suspeito e, após deferimento do pedido de prisão, deu cumprimento ao mandado.

José Alves de Alquinias, segundo o relatório, trabalha produzindo carvão e, quando ia para a mata retirar madeira, levava a sua enteada.

Chegando lá, a sós, tocava nas partes íntimas da menor assim como obrigava ela a tocar nos seus órgãos genitais.

José Alves nega a acusação. Ele encontra-se agora recolhido em um dos xadrezes da Delegacia de Polícia e aguarda conclusão do Inquérito Policial sobre o caso.

Equipe da Polícia Civil que participou da prisão: o DPC JEAN GUSTAVO ALGARVES, os Investigadores de Polícia FELIPE BARRETO e ITALO FABRICIO TEIXEIRA e a Escrivã de Polícia RAYANE PASSOS RIBEIRO

Experiência de monitoramento carcerário do TJMA concorre ao prêmio Innovare

A Unidade de Monitoramento Carcerário do Tribunal de Justiça do Maranhão (UMF) está concorrendo ao 11º Prêmio Innovare 2014, que identifica e divulga as boas práticas da atividade jurisdicional. Na categoria “tribunal”, o órgão disputará a premiação, destacando as ações do Núcleo de Assistência Voluntária (NAV), que oferece orientação jurídica e assistência social aos internos carentes das unidades prisionais.

Em visita à sede da UMF, localizada na Rua do Egito, o advogado Marco Lara, membro do Instituto Innovare no Maranhão, foi recebido pelo coordenador-geral substituto da UMF e juiz da 2ª Vara de Execuções Penais, Fernando Mendonça; o coordenador executivo, Ariston Chagas Júnior; e a chefe da Divisão Jurídica, Larissa Soares.

1º Wokshop de Sistemas é realizado no Fórum de São Luís

01/08/2014

Paulo Rocha, da informática da CGJ, juiz Mário Márcio, auxiliar da CGJ, e o juiz Osmar Gomes, diretor do fórum

11:46

Realizado no Fórum Desembargador Sarney Costa, Calhau, na manhã desta sexta-feira, 01 de agosto, o “1º Workshop de Sistemas” com o tema “Gerenciando a Produtividade com os sistemas Themis PG e JurisConsult”. O objetivo do evento foi orientar sobre a utilização das ferramentas tecnológicas no auxílio das atividades processuais das unidades jurisdicionais.

O workshop foi voltado para magistrados, servidores (secretários judiciais e assessores) das comarcas do Maranhão com a finalidade de auxiliar os responsáveis pelas Varas na melhor maneira de utilização dos sistemas processuais na elaboração de relatórios de produtividade das suas respectivas unidades jurisdicionais.

Participaram também do evento o juiz Osmar Gomes dos Santos, juiz diretor do Fórum de São Luís, Mário Márcio de Almeida Sousa, juiz auxiliar da Corregedoria Geral da Justiça (CGJ) e Gestor de Metas e Planejamento Estratégico do TJ, e Paulo Rocha Neto, assessor de informática da CGJ que ministrou o workshop. A CGJ é a responsável pela realização da reunião.

De acordo com a corregedora da Justiça, desembargadora Nelma Sarney, o treinamento se constitui também em uma ação de valorização de juízes e servidores, pois permite melhor uso dos sistemas disponíveis, bem como o melhor gerenciamento de mecanismos que mensuram a produtividade. “A gestão das informações relativas à produtividade contribui para a melhoria dos trabalhos da unidade judicial e para a promoção do magistrado, uma vez que garante eficiência no controle das informações que interessam ao juiz”, destacou a desembargadora.

O assessor de Informática da Corregedoria, Paulo Rocha, informou que a capacitação atende à solicitação de dezenas de magistrados e se constitui em uma proposta efetiva de treinamento aperfeiçoamento. “Essa ação de treinamento atende algumas solicitações, mas também é uma iniciativa que já estávamos programando em virtude da necessidade de atualização constante que os sistemas sofrem”, disse. Ele afirmou que o treinamento vai orientar sobre o acompanhamento da produtividade da unidade judicial para afins de percepção da Gratificação de Produtividade Judiciária.

Outras reuniões para treinamento de sistemas eletrônicos, como o Digidoc, sistema de tramitação de processos e comunicações administrativas, já estão sendo planejadas para a melhor otimização desses programas que facilitam o trâmite dos processos judiciais.

Assessoria de Comunicação

Corregedoria Geral da Justiça

Inscrições para novos cursos da Esmam vão até 7 de agosto

01/08/2014

Desembargador Marcelo Carvalho (diretor da Esmam) entrega certificado de curso de pós-graduação a servidora do TJMA

12:03

Encontram-se abertas, até o dia 7, as inscrições para os cursos ofertados pela Escola Superior da Magistratura do Maranhão (Esmam) em parceria com o Senac, nos meses de agosto e setembro.

Podem se inscrever servidores do interior e da capital. O acesso às matrículas é feito pelo sistema Tutor (plataforma Sentinela) – disponível no Portal do Judiciário (www.tjma.jus.br). No sistema é possível conferir a abertura de novas turmas e solicitar participação nos treinamentos de interesse. Veja, aqui, o cronograma.

Segundo, o diretor da Esmam, desembargador Marcelo Carvalho Silva, até o final do ano 41 novos cursos, totalizando 1.025 vagas, terão sido ofertados pela escola judicial, com o objetivo de investir na formação e aperfeiçoamento funcionais.

“Recentemente, entregamos certificados de especialização em Gestão Pública a centenas de servidores e magistrados de todo o Estado. Isso significa um salto na qualificação do nosso quadro funcional”, ressalta, citando também as capacitações na área de depoimento especial, direito autoral e outras destinadas aos juízes.

Serão realizados os de legislação trabalhista aplicada ao setor público (São Luís, Santa Inês e Timon), noções de administração pública, noções de saúde e segurança no trabalho (São Luís e Imperatriz), planejamento e gestão (Balsas), relações interpessoais no ambiente de trabalho (São Luís).

As próximas capacitações se concentrarão nas áreas de administração de conflitos, noções de contabilidade pública, saúde e segurança no trabalho, gestão de políticas públicas, Libras e oratória.

“Além dos treinamentos específicos programados pela Esmam, a parceria com o Senac prevê para os servidores e magistrados, em São Luís, 20 novos cursos. Nas comarcas de Açailândia, Bacabal, Caxias, Imperatriz, Santa Inês e Timon acontecerão outros 21”, explica a secretária-geral da Esmam, Maria Neri Paiva .

Mais informações podem ser obtidas na Divisão de Treinamento e Aperfeiçoamento da Esmam, pelos telefones (98) 3235 3903 e 3227 8087.

Assessoria de Comunicação do TJMA

Desembargador Jamil Gedeon permanece no plantão até domingo (3)

01/08/2014

No plantão, o desembargador Jamil Geden receberá somente demandas urgentes, nas esferas cível e criminal

09:58

O desembargador Jamil Gedeon mantém-se como plantonista na Justiça de 2º grau até domingo (3). O magistrado, que está no plantão desde o dia 21 de julho, receberá neste período apenas demandas urgentes, nas esferas cível e criminal, incluindo pedidos de habeas corpus, mandados de segurança, medidas cautelares (por motivo de grave risco à vida e à saúde das pessoas), decretação de prisão provisória, entre outros.

O número do telefone disponibilizado para o plantão judiciário é o (98) 8815-8344. Os servidores plantonistas são Roberta Sousa e Mayco Murilo Pinheiro.

Além das providências necessárias ao cumprimento de qualquer decisão determinada na ação, os servidores são os responsáveis pelo processamento e encaminhamento dos processos ao desembargador de plantão.

Nos dias úteis, o serviço funciona entre o final do expediente do dia e o início do expediente do dia seguinte. Aos sábados, domingos e feriados - inclusive os de ponto facultativo - entre o final do último dia útil anterior e o início do expediente do primeiro dia útil seguinte.

Assessoria de Comunicação do TJMA

Serviço gratuito do Judiciário orienta cidadão sobre movimentação processual

O Telejudiciário auxilia a Ouvidoria no enaminamento de críticas, sugestões e denúncias sobre o funcionamento da Justiça estadual.jpg

Orientações sobre como ingressar com uma ação na justiça, tipos de processos, documentação necessária e os órgãos competentes para receber e julgar processos podem ser obtidas pelo Telejudiciário - serviço gratuito do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), que atende pelo número 0800 707 1581.

O usuário pode também fazer consultas sobre o andamento de processos judiciais, órgãos e membros da Justiça estadual, concursos, plantão judiciário, julgamentos e outros assuntos de interesse do cidadão. A equipe formada por 16 atendentes, um supervisor e dois auxiliares atende, em média, três mil ligações por mês e mais de 40 mil ao ano, distribuídas num leque de 35 serviços diferenciados.

“O Telejudiciário é o canal de comunicação direta entre o cidadão e o Poder Judiciário. Auxilia a ouvidoria, destinando-se a informar e orientar os que procuram a Justiça estadual”, explica o ouvidor-geral, desembargador Paulo Velten Pereira.

A central recebe ainda reclamações, denúncias e solicitações sobre a conduta de servidores, juízes e serventuários e ações do Poder Judiciário. Também recebe sugestões e críticas para melhoria das atividades jurisdicionais.

“Nestes casos, as demandas são encaminhadas à Ouvidoria e aos setores responsáveis que averiguam as questões apresentadas pelos usuários do serviço”, esclarece o chefe da divisão do Telejudiciário, Fábio José Chaves.

Para os servidores do Tribunal, são oferecidos serviços de consulta de processos administrativos, acesso a formulários padrão de requerimento, registro de senha provisória para acesso ao Portal do Servidor e informações sobre o plano de cargos, carreira e vencimentos, direitos e deveres e alterações no boletim financeiro.

SISTEMA - O serviço utiliza tecnologia moderna e é gerenciado pelo sistema ATTENDE, que, além da celeridade no atendimento aos usuários, possibilita a instalação de pontos de atendimentos em locais estratégicos. A ferramenta permite que as informações referentes a denúncias, reclamações, solicitações e sugestões sobre os serviços forenses sejam encaminhadas automaticamente à ouvidoria do TJMA, por meio de sistema unificado, garantindo mais agilidade no gerenciamento do fluxo das demandas apresentadas, desde a abertura até a sua resolução ou arquivamento.

Além do 0800 707 1581, o Telejudiciário pode ser acessado, a qualquer hora, pelo e-mail telejudiciario@tjma.jus.br.

DPE, Sejap e TJ firmam parceria para garantir a inserção de apenados no mercado de trabalho

1 de agosto, 2014 - 15h41

A Defensoria Pública do Estado (DPE/MA) firmou parceria com a Secretaria de Estado da Justiça e Administração Penitenciária (Sejap) e o Tribunal de Justiça do Maranhão para viabilizar vagas de trabalho destinadas a egressos do sistema penitenciário. Até o momento, 15 apenados, dos regimes aberto, semiaberto e livramento condicional, foram absorvidos pelo mercado profissional, após a celebração do termo de cooperação assinado por representantes das três instituições, além da empresa do ramo da construção civil, que disponibilizará as vagas.

Representando a instituição, a defensora geral Mariana Albano de Almeida assinou o termo de cooperação técnica, na semana passada, na presença da equipe da Unidade de Monitoramento, Acompanhamento e Fiscalização do Sistema Carcerário, composta pelo coordenador Ariston Apoliano Júnior, representando o desembargador José de Ribamar Froz Sobrinho, pela chefe de Divisão do Programa Começar de Novo, Ana Lúcia Ramos Araújo, e pela assistente social Jercilene Cunha. No acordo, caberá à Defensoria contribuir na seleção dos nomes que constam em seus cadastros, com o posterior encaminhamento à Sejap.

Segundo Mariana Albano, também ficará a cargo da Defensoria, juntamente com a Sejap, fiscalizar as atividades desenvolvidas pelos apenados nos locais de trabalho. “Como um órgão de execução penal, também temos a missão de nos envolvermos em ações de reintegração social como esta. Se conseguirmos garantir aos apenados uma vaga no mercado de trabalho, mais fácil será sua adaptação do lado de fora da cadeia, reduzindo a possibilidade de reincidência no crime”, destacou a defensora geral, durante o encontro, que contou com a presença da assistente social da DPE/MA, Nathalia Tinoco Nascimento.

Ainda de acordo com o termo, entre as atribuições do Tribunal de Justiça do Maranhão, por intermédio do Programa Começar de Novo, estão as providências relacionadas à documentação básica necessária para que os apenados ocupem as vagas. No caso da Sejap, compete à instituição promover o recrutamento, a seleção e ainda emitir relatório sobre o trabalho dos egressos, que segundo a legislação, deve ser regido pela Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT). Controlar a frequência, as atividades desenvolvidas e as horas trabalhadas, fornecendo os uniformes, os equipamentos e outros itens de sua responsabilidade, fazem parte das atribuições da PG Mineração e Engenharia Ltda., empresa também signatária do termo.

“Este é mais um convênio que firmamos, em conformidade à Lei 9.116/2010, que instituiu a política estadual de inserção de egressos do sistema prisional no mercado de trabalho, intensificando as ações de ressocialização das pessoas que não cumprem mais pena restritiva de liberdade. Trata-se de uma parceria muito importante para o sistema e que deve ser estimulada”, afirmou Ariston Apoliano Júnior, acrescentado que o termo tem vigência de dois anos, contados a partir da data de assinatura do documento.

Pai é preso acusado de engravidar filha de dez anos em Chapadinha

Foi preso em cumprimento a mandado de prisão expedido em abril deste ano um homem acusado de estuprar e engravidar uma filha de dez anos de idade no povoado Borrvalho, em Chapadinha.

De acordo com a titular da Delegacia Especial da Mulher, Caroline Fernanda, a menina já está com sete meses de gravidez e a criança deve ser submetida a exame de DNA quando nascer.

A criança e os outros quatro irmãos estão em uma casa de passagem de Chapadinha e devem permanecer lá até que a justiça decida com quem ficará a guarda. A mãe das crianças é suspeita de acobertar o crime. Ela já prestou depoimento, mas ainda não foi comprovada se permitia que o marido abusasse a filha.

O acusado está preso no Centro de Detenção Provisória de Chapadinha à disposição da justiça. Fotos: Blog do William Fernandes/Mauro Queiroz.

Pedreiras ? Representação do MPMA provoca Auto de Infração contra a Cemar

Por meio de Representação do Ministério Público do Maranhão, a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), representada pela Superintendência de Fiscalização dos Serviços de Eletricidade (SFE), emitiu Auto de Infração contra a Companhia Energética do Maranhão (Cemar).

A empresa foi multada em R\$ 312.888,53, em virtude do descumprimento das normas vigentes com relação à distância mínima necessária para a aposição dos postes de alta tensão que estão nas calçadas das residências do bairro Engenho, na cidade de Pedreiras.

O Auto de Infração emitido decorre de Ação Civil Pública movida pela 2ª Promotoria de Justiça de Pedreiras, em 6 maio de 2013. As promotoras de justiça Sandra Soares de Pontes e Lana Cristina Barros Pessoa, ao requerer a retirada dos postes de alta tensão, alegaram o respeito ao direito à saúde e ao meio ambiente dos moradores da região.

A ação judicial foi intentada após a instauração de procedimento administrativo preparatório, fundamentado em representações formuladas pelos moradores do Bairro Engenho, solicitando providências por parte do Ministério Público. A comunidade reclamava que a Cemar havia instalado rede de alta tensão naquele bairro, onde os postes foram enterrados praticamente dentro das residências, deixando a população afetada em desespero.

De acordo com a promotora Sandra Soares de Pontes, a própria empresa teria assumido a gravidade do problema. "A Cemar chegou a pintar e, posteriormente, a apagar um aviso de perigo em cada poste, anunciando que 'os moradores deveriam se manter afastados, pois a rede é um perigo'", ressaltou a promotora, enfatizando, ainda, a desvalorização imobiliária suportada pelos proprietários dos imóveis.

A ACP teve liminar deferida pela magistrada com atuação na 2ª Vara da Comarca de Pedreiras. Porém, em seguida teve seus efeitos suspensos por decisão concedida pelo Tribunal de Justiça do Maranhão.

Em 3 de dezembro de 2013, o MPMA, por meio das promotoras de justiça referidas, ofereceu Representação à Aneel solicitando as providências de sua competência, uma vez que a concessionária de serviço público descumpriu as normas vigentes.

Além da referida multa aplicada, a Aneel/SFE concedeu o prazo de 180 dias, a contar da data do trânsito em julgado do processo administrativo, para a regularização da situação, o que implica na retirada dos postes de alta tensão colocados irregularmente pela Cemar.

Porto Franco ? MPMA garante liminar para nomeação de aprovados

A pedido do Ministério Público do Maranhão, a Justiça concedeu liminar em Ação Civil Pública para determinar que o Município de Porto Franco, no prazo de 30 dias a contar da intimação, promova a nomeação dos candidatos aprovados no concurso público de 2012. A decisão, datada do dia 22 de julho, prevê ainda a exoneração dos servidores contratados de forma irregular e que estejam ocupando os cargos a serem preenchidos pelos aprovados no certame.

Em caso de descumprimento da decisão, o prefeito do município Aderson Marinho Filho poderá arcar com multa diária no valor de R\$ 2 mil por servidor contratado irregularmente, além de ser responsabilizado por crime de desobediência à ordem judicial, de autoria do juiz Antonio Donizete Aranha Baleeiro, da 1ª Vara da Comarca de Porto Franco.

A medida determina, ainda, que a Prefeitura de Porto Franco também faça a nomeação dos aprovados no concurso dentro do número de vagas previstas mesmo para os cargos em que não existam servidores nomeados ou contratados de maneira precária. São os cargos de agente administrativo, agente fiscal de arrecadação de tributos municipais, assistente técnico em Serviço Social, auxiliar de Contabilidade, fiscal de obras, arquiteto, cientista social, enfermeiro - auditor em serviços da saúde, engenheiro agrônomo, médico veterinário e tecnólogo (Radiologia).

Na ação civil, a promotora de justiça Ana Cláudia Cruz dos Anjos esclareceu que já havia encaminhado Recomendação ao município de Porto Franco, em 3 de junho de 2014, para a nomeação dos aprovados no concurso, sem que fosse adotada nenhuma providência.

A representante do Ministério Público acrescentou que a própria Prefeitura havia confirmado a existência de mais de 200 servidores contratados somente para a Secretaria de Educação, sendo a maioria professores, além do grande número dos que estão lotados no Hospital Municipal de Porto Franco, como enfermeiros, técnicos de enfermagem e agentes administrativos.

1º Wokshop de Sistemas é realizado no Fórum de São Luís

Publicado por Tribunal de Justiça do Maranhão - 6 horas atrás

Paulo Rocha, da informática da CGJ, juiz Mário Márcio, auxiliar da CGJ, e o juiz Osmar Gomes, diretor do fórum

Realizado no Fórum Desembargador Sarney Costa, Calhau, na manhã desta sexta-feira, 01 de agosto, o 1º Workshop de Sistemas com o tema Gerenciando a Produtividade com os sistemas Themis PG e JurisConsult. O objetivo do evento foi orientar sobre a utilização das ferramentas tecnológicas no auxílio das atividades processuais das unidades jurisdicionais.

O workshop foi voltado para magistrados, servidores (secretários judiciais e assessores) das comarcas do Maranhão com a finalidade de auxiliar os responsáveis pelas Varas na melhor maneira de utilização dos sistemas processuais na elaboração de relatórios de produtividade das suas respectivas unidades jurisdicionais.

Participaram também do evento o juiz Osmar Gomes dos Santos, juiz diretor do Fórum de São Luís, Mário Márcio de Almeida Sousa, juiz auxiliar da Corregedoria Geral da Justiça (CGJ) e Gestor de Metas e Planejamento Estratégico do TJ, e Paulo Rocha Neto, assessor de informática da CGJ que ministrou o workshop. A CGJ é a responsável pela realização da reunião.

De acordo com a corregedora da Justiça, desembargadora Nelma Sarney, o treinamento se constitui também em uma ação de valorização de juízes e servidores, pois permite melhor uso dos sistemas disponíveis, bem como o melhor gerenciamento de mecanismos que mensuram a produtividade. A gestão das informações relativas à produtividade contribui para a melhoria dos trabalhos da unidade judicial e para a promoção do magistrado, uma vez que garante eficiência no controle das informações que interessam ao juiz, destacou a desembargadora.

O assessor de Informática da Corregedoria, Paulo Rocha, informou que a capacitação atende à solicitação de dezenas de magistrados e se constitui em uma proposta efetiva de treinamento aperfeiçoamento. Essa ação de treinamento atende algumas solicitações, mas também é uma iniciativa que já estávamos programando em virtude da necessidade de atualização constante que os sistemas sofrem, disse. Ele afirmou que o treinamento vai orientar sobre o acompanhamento da produtividade da unidade judicial para afins de percepção da Gratificação de Produtividade Judiciária.

Outras reuniões para treinamento de sistemas eletrônicos, como o Digidoc, sistema de tramitação de processos e comunicações administrativas, já estão sendo planejadas para a melhor otimização desses programas que facilitam o trâmite dos processos judiciais.

Assessoria de Comunicação

Corregedoria Geral da Justiça

Desembargador Jamil Gedeon permanece no plantão até domingo (3)

Publicado por Tribunal de Justiça do Maranhão - 8 horas atrás

No plantão, o desembargador Jamil Geden receberá somente demandas urgentes, nas esferas cível e criminal

O desembargador Jamil Gedeon mantém-se como plantonista na Justiça de 2º grau até domingo (3). O magistrado, que está no plantão desde o dia 21 de julho, receberá neste período apenas demandas urgentes, nas esferas cível e criminal, incluindo pedidos de habeas corpus, mandados de segurança, medidas cautelares (por motivo de grave risco à vida e à saúde das pessoas), decretação de prisão provisória, entre outros.

O número do telefone disponibilizado para o plantão judiciário é o (98) 8815-8344. Os servidores plantonistas são Roberta Sousa e Mayco Murilo Pinheiro.

Além das providências necessárias ao cumprimento de qualquer decisão determinada na ação, os servidores são os responsáveis pelo processamento e encaminhamento dos processos ao desembargador de plantão.

Nos dias úteis, o serviço funciona entre o final do expediente do dia e o início do expediente do dia seguinte. Aos sábados, domingos e feriados inclusive os de ponto facultativo entre o final do último dia útil anterior e o início do expediente do primeiro dia útil seguinte.

Assessoria de Comunicação do TJMA

Tem início em Aracaju o 10º Congresso de Comunicação da Justiça

Publicado por Tribunal de Justiça do Maranhão - 1 dia atrás

Conbrascom

Como tema Desafios da Comunicação, avanço tecnológico versus humanização, começou na manhã desta quinta-feira (31), na Cidade de Aracaju (SE), o 10º Congresso Brasileiro de Assessores de Comunicação da Justiça (Conbrascom). O evento, que é realizado pelo Fórum Nacional de Comunicação e Justiça (FNCJ), reúne assessores dos órgãos do Sistema de Justiça de todo País.

O presidente do Tribunal de Justiça de Sergipe, desembargador Cláudio Deda, destacou a importância da comunicação nos órgãos da Justiça para consolidação da democracia e promoção da tão importante transparência na administração pública.

Rasangela Sanches, presidente do FCNJ e diretora de Comunicação do Tribunal de Justiça de São Paulo, falou das rápidas mudanças sociais com o advento da tecnologia. Mas enfatizou que a comunicação tem um papel fundamental neste contexto, devendo contribuir de forma efetiva para a melhoria dos serviços judiciais.

Prêmio - Durante o encontro será entregue o Prêmio Nacional de Comunicação e Justiça para as práticas dos órgãos participantes que forem vencedoras. O Maranhão está representado com o projeto Justiça nos Bairros, da Corregedoria Geral da Justiça.

Fruto da parceria entre a Assessoria de Comunicação da Corregedoria e 2ª Vara da Comarca de Imperatriz, o projeto tem a finalidade de promover a justiça social nas comunidades, por meio da parceria entre organizações públicas e privadas da sociedade. O 10º Conbrascom tem o patrocínio do Grupo Garnero e Banese Corretora de Seguros.

Assessoria de Comunicação

Corregedoria Geral da Justiça

Serviço gratuito do Judiciário orienta cidadão sobre movimentação processual

O Telejudiciário auxilia a Ouvidoria no enaminamento de críticas, sugestões e denúncias sobre o funcionamento da Justiça estadual.jpg

Orientações sobre como ingressar com uma ação na justiça, tipos de processos, documentação necessária e os órgãos competentes para receber e julgar processos podem ser obtidas pelo Telejudiciário serviço gratuito do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), que atende pelo número 0800 707 1581.

O usuário pode também fazer consultas sobre o andamento de processos judiciais, órgãos e membros da Justiça estadual, concursos, plantão judiciário, julgamentos e outros assuntos de interesse do cidadão. A equipe formada por 16 atendentes, um supervisor e dois auxiliares atende, em média, três mil ligações por mês e mais de 40 mil ao ano, distribuídas num leque de 35 serviços diferenciados.

O Telejudiciário é o canal de comunicação direta entre o cidadão e o Poder Judiciário. Auxilia a ouvidoria, destinando-se a informar e orientar os que procuram a Justiça estadual, explica o ouvidor-geral, desembargador Paulo Velten Pereira.

A central recebe ainda reclamações, denúncias e solicitações sobre a conduta de servidores, juízes e serventuários e ações do Poder Judiciário. Também recebe sugestões e críticas para melhoria das atividades jurisdicionais.

Nestes casos, as demandas são encaminhadas à Ouvidoria e aos setores responsáveis que averiguam as questões apresentadas pelos usuários do serviço, esclarece o chefe da divisão do Telejudiciário, Fábio José Chaves.

Para os servidores do Tribunal, são oferecidos serviços de consulta de processos administrativos, acesso a formulários padrão de requerimento, registro de senha provisória para acesso ao Portal do Servidor e informações sobre o plano de cargos, carreira e vencimentos, direitos e deveres e alterações no boletim financeiro.

SISTEMA O serviço utiliza tecnologia moderna e é gerenciado pelo sistema ATTENDE, que, além da celeridade no atendimento aos usuários, possibilita a instalação de pontos de atendimentos em locais estratégicos.

A ferramenta permite que as informações referentes a denúncias, reclamações, solicitações e sugestões sobre os serviços forenses sejam encaminhadas automaticamente à ouvidoria do TJMA, por meio de sistema unificado, garantindo mais agilidade no gerenciamento do fluxo das demandas apresentadas, desde a abertura até a sua resolução ou arquivamento.

Além do 0800 707 1581, o Telejudiciário pode ser acessado, a qualquer hora, pelo e-mail telejudiciario@tjma.jus.br.